

SUMÁRIO

PREFÁCIO	25
APRESENTAÇÃO	29
Capítulo I	
LINHAS INTRODUTÓRIAS	31
1. Direito Processual Penal	31
1.1. Conceito e finalidade	31
1.2. Características	32
1.3. Posição enciclopédica	33
2. Entendendo o tema	33
2.1. Interesse	33
2.2. Pretensão	33
2.3. Lide	33
2.4. Ação	34
2.5. Processo	35
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo)	35
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo)	35
3. Sistemas processuais	36
3.1. Sistema inquisitivo	37
3.2. Sistema acusatório	37
3.3. Sistema misto ou acusatório formal	37
4. Fontes	38
4.1. Conceito	38
4.2. Classificação	38
5. Analogia	40
5.1. Conceito	40
5.2. Espécies	40
6. Interpretação da Lei Processual	40
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	41
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados	43
6.3. Quanto ao resultado	43
7. A Lei Processual Penal no Tempo	44
8. A Lei Processual Penal no Espaço	45
9. Princípios processuais Penais	48
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade	48
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	50
9.3. Princípio da igualdade processual	51
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	51
9.5. Princípio da ampla defesa	51
9.6. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes	52
9.7. Princípio da oficialidade	52
9.8. Princípio da oficiosidade	52
9.9. Princípio da verdade real	52
9.10. Princípio da obrigatoriedade	53

9.11. Princípio da indisponibilidade.....	53
9.12. Princípio do impulso oficial.....	54
9.13. Princípio da motivação das decisões.....	54
9.14. Princípio da publicidade	55
9.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	56
9.16. Do juiz natural	56
9.17. Do promotor natural ou do promotor legal	56
9.18. Princípio do devido processo legal	57
9.19. Princípio do favor rei ou favor réu.....	58
9.20. Princípio da economia processual	58
9.21. Princípio da oralidade	58
9.22. Princípio da autoritariedade	59
9.23. Princípio da duração razoável do processo penal	59
10. Quadro Sinótico	61
11. Súmulas Aplicáveis	67
11.1. STJ.....	67
11.2. STF	67
12. Alguns informativos aplicáveis	67
12.1. STJ.....	67
12.2. STF	68
13. Questões de Concursos.....	71
Capítulo II	
INQUÉRITO POLICIAL	73
1. A persecução criminal	73
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	73
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial	74
3.1. Natureza jurídica do inquérito	75
4. Inquéritos não policiais.....	75
5. Características do Inquérito Policial.....	78
5.1. Discricionariedade.....	78
5.2. Escrito	78
5.3. Sigiloso.....	78
5.4. Oficialidade	80
5.5. Oficiosidade	80
5.6. Indisponibilidade	80
5.7. Inquisitivo	80
5.8. Autoritariedade.....	81
5.9. Dispensabilidade.....	81
6. Competência (atribuição).....	82
6.1. Critério territorial.....	82
6.2. Critério material.....	82
6.3. Critério em razão da pessoa	82
7. Prazos	83
7.1. Regra geral	83
7.2. Prazos especiais	83
7.3. Contagem do prazo.....	84
8. Valor probatório	85
9. Vícios.....	87

SUMÁRIO

10. <i>Notitia criminis</i> (notícia do crime)	88
10.1. Conceito	88
10.2. Espécies	89
11. Peças inaugurais do inquérito policial	91
12. Incomunicabilidade	91
13. Providências	93
13.1. Reprodução simulada dos fatos	98
13.2. Indiciamento	99
14. Encerramento	99
14.1. Crimes de ação penal pública	100
14.2. Crimes de ação penal privada	108
15. Considerações finais	109
15.1. Termo circunstanciado	109
15.2. Controle externo da atividade policial	109
16. Quadro sinótico	110
17. Súmulas aplicáveis	114
17.1. STJ	114
17.2. STF	114
18. Alguns informativos aplicáveis	114
18.1. STJ	114
18.2. STF	116
19. Questões de concurso	121
Capítulo III	
AÇÃO PENAL	125
1. Conceito	125
2. Características	125
2.1. Localização no ordenamento jurídico	126
3. Condições da ação	126
3.1. Conceito	126
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação	131
4. Classificação das ações	132
4.1. Ação penal pública incondicionada	132
4.1.1. Conceito e titularidade	132
4.1.2. Princípios informadores	133
4.1.3. Ação pública condicionada	136
4.1.3.1. Conceito e considerações	136
5. Ação penal privada	143
5.1. Conceito e considerações	143
5.2. Titularidade	143
5.3. Princípios	144
5.4. Espécies de ação penal privada	149
5.5. Custas e honorários advocatícios	152
6. Questões complementares	152
6.1. Ação de prevenção penal	153
6.2. Ação penal <i>ex officio</i>	153
6.3. Ação penal pública subsidiária da pública	154
6.4. Ação penal popular	154

6.5. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	155
6.6. Ação penal nos crimes contra os costumes.....	156
6.7. Ação penal secundária.....	158
6.8. Ação penal adesiva.....	158
7. Inicial acusatória	159
7.1. Conceito	159
7.2. Requisitos formais.....	159
7.3. Prazos para oferta da denúncia	164
7.3.1. Prazos especiais para oferta da denúncia	164
7.3.2. Início da contagem do prazo e o seu encerramento	165
7.3.3. Desatendimento do prazo.....	165
7.4. Prazos para oferta da queixa-crime	166
7.4.1. Prazos especiais.....	166
7.5. Aditamento da queixa	167
7.6. Rejeição da denúncia ou queixa	167
7.6.1. Repropositura da ação	169
7.6.2. Rejeição X não recebimento.....	169
7.6.3. Rejeição parcial	170
7.6.4. Recurso para combater a rejeição.....	170
7.6.5. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	171
8. Quadro sinótico	172
9.1. STJ.....	180
9.2. STF	180
10. Alguns informativos aplicáveis	180
10.1. STJ.....	180
10.2. STF	182
12. Questões de concurso	185
Capítulo IV	
AÇÃO CIVIL EX DELICTO	191
1. Considerações iniciais	191
2. Legitimidade ativa e passiva	192
3. Competência na ação reparatoria.....	193
4. Sistemas processuais	194
5. Suspensão da demanda civil	195
5.1. Regime legal da suspensão.....	195
6. Execução da sentença condenatória penal	196
7. Sentença absolutória e subordinação temática	197
8. Revisão criminal e ação rescisória.....	199
9. Prazo prescricional.....	199
10. Quadro Sinótico	199
11. Súmulas Aplicáveis	201
11.1. STJ.....	201
12. Alguns informativos aplicáveis	201
12.1. STJ.....	201
12.2. STF	202
13. Questão de concurso	203

SUMÁRIO

Capítulo V	
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	205
1. Jurisdição	205
1.1. Conceito	205
1.2. Princípios	205
1.2.1. Investidura	206
1.2.2. Indelegabilidade	206
1.2.3. Juiz natural	206
1.2.4. Inafastabilidade	206
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade	206
1.2.6. Correlação ou relatividade	206
1.2.7. Devido processo legal	209
1.3. Características	209
1.3.1. Inércia	210
1.3.2. Substitutividade	210
1.3.3. Lide	210
1.3.4. Atuação do direito	210
1.3.5. Imutabilidade	210
2. Competência	211
2.1. Conceito	211
2.2. Critérios	211
2.2.1. Competência material	211
2.2.2. Competência funcional	212
2.3. Competência <i>ratione materiae</i>	213
2.3.1. Justiça comum estadual	213
2.3.2. Justiça comum federal	213
2.3.3. Competência da justiça especializada militar	223
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral	225
2.4. Competência <i>ratione loci</i>	225
2.4.1. Domicílio ou residência do réu	226
2.4.2. Critério subsidiário	226
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	227
2.4.4. Crimes praticados no exterior	229
2.4.5. Súmulas aplicadas	229
2.5. Competência pela natureza da infração	229
2.6. Competência <i>ratione personae</i>	230
2.6.1. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	231
2.6.2. Prerrogativa X tribunal do júri	233
2.6.3. Prerrogativa funcional dos prefeitos	233
2.6.4. Foro privilegiado	234
2.7. Competência absoluta X relativa	234
2.8. Prevenção	235
2.9. Distribuição	236
2.10. Conexão e continência	236
2.10.1. Conexão	236
2.10.2. Continência	238
2.11. Foro prevalente	238
2.12. Separação de processos	242

2.12.1. Separação obrigatória	242
2.12.2. Separação facultativa	243
2.13. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	244
2.13.1. Surgimento de nova vara.....	245
3. Quadro sinótico	245
4. Súmulas aplicáveis	253
4.1. STJ.....	253
4.2 STF.....	254
5. Alguns informativos aplicáveis	255
5.1. STJ.....	255
5.2. STF	258
6. Questões de concurso	260
Capítulo VI	
QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	267
1. Considerações iniciais	267
2. Questões prejudiciais.....	269
2.1. Classificação	270
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea	270
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa	271
2.1.3. Prejudicial total e parcial.....	271
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva.....	271
2.2. Natureza jurídica	272
2.3. Sistemas de solução	272
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa.....	273
2.5. Recursos	274
2.6. Prescrição	274
3. Exceções.....	274
3.1. Conceito	274
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos.....	275
3.2.1. Exceção de suspeição.....	275
3.2.2. Exceção de incompetência (artigos 108 e 109, CPP)	279
3.2.3. Exceção de litispendência (art. 110, CPP)	280
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte (art. 110, CPP)	281
3.2.5. Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	282
4. Incompatibilidades e impedimentos	284
4.1. Processamento	284
4.2. Efeitos	286
4.3. Recursos	286
5. Conflito de jurisdição	286
5.1. Espécies.....	286
5.2. Processamento	287
5.3. Recursos	287
6. Conflito de atribuições.....	288
6.1. Competência para dirimir o conflito.....	288
6.2. Processamento	289
7. Restituição de coisas apreendidas	290
7.1. Introdução	290

SUMÁRIO

7.2. Autoridade restituinte	290
7.3. Confisco	290
7.4. Procedimento da restituição	291
7.5. Recurso	292
8. Medidas assecuratórias	292
8.1. Seqüestro de bens imóveis	292
8.1.1. Cabimento	292
8.1.2. Embargos	293
8.1.3. Recurso	294
8.1.4. Levantamento	294
8.1.5. Destinação ao final do processo.....	294
8.2. Seqüestro de bens móveis	294
8.2.1. Cabimento	294
8.2.2. Embargos	295
8.2.3. Recurso	295
8.2.4. Levantamento	295
8.2.5. Destinação ao final do processo.....	295
8.3. Hipoteca legal (art. 134, CPP)	295
8.3.1. Cabimento	295
8.3.2. Procedimento.....	296
8.3.3. Recurso	297
8.3.4. Levantamento	297
8.3.5. Destinação ao final do processo.....	297
8.4. Arresto de bens móveis (antigo seqüestro definitivo, art. 137, CPP).....	297
8.4.1. Cabimento	298
8.4.2. Procedimento.....	298
8.4.3. Recurso	299
8.4.4. Levantamento	299
8.4.5. Destinação ao final do processo.....	299
8.5. Arresto de imóveis (antigo seqüestro prévio, art. 136, CPP)	299
8.5.1. Cabimento	300
8.5.2. Recurso	300
9. Incidente de falsidade	301
9.1. Introdução	301
9.2. Espécies.....	302
9.3. Legitimidade.....	302
9.4. Procedimento do incidente.....	302
9.5. Efeitos	303
9.6. Recurso.....	303
10. Incidente de insanidade mental	304
10.1. Introdução	304
10.2. Procedimento	304
10.3. Seqüência	305
10.4. Recurso.....	305
10.5. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	305
10.6. Insanidade superveniente	306
11. Quadro Sinótico	307
12. Súmulas Aplicáveis	318

12.1. STJ.....	318
13. Alguns Informativos Aplicáveis.....	318
13.1 STJ.....	318
13.2 STF.....	321
14. Questões de concursos públicos	325
Capítulo VII	
PROVA	331
1. Teoria Geral da Prova	331
1.1. Conceito e finalidade.....	331
1.2. Destinatários	332
1.3. Natureza jurídica	333
1.4. Objeto.....	333
1.5. Classificação da prova	334
1.5.1. Quanto ao objeto	334
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor	335
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa	335
1.5.4. Quanto à forma ou aparência	335
1.6. Meios de prova.....	336
1.7. Vedação probatória	337
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”	338
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>).....	338
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	340
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	342
1.9. Prova emprestada	342
1.10. Ônus da prova.....	344
1.11. Iniciativa do juiz.....	345
1.12. Sistemas de apreciação da prova.....	346
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção.....	346
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	347
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	347
1.13. Princípios da prova	348
1.13.1. Princípio da auto responsabilidade das partes.....	348
1.13.2. Princípio da audiência contraditória.....	348
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão.....	348
1.13.4. Princípio da oralidade.....	348
1.13.5. Princípio da publicidade.....	349
1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado	349
1.14. Procedimento probatório.....	349
2. Provas em espécie.....	350
2.1. Exames periciais	350
2.1.1. Considerações gerais	350
2.1.2. Realização das perícias.....	352
2.1.3. Apreciação dos laudos periciais	353
2.1.4. Exame de corpo de delito	354

SUMÁRIO

2.1.5.	Necessidade do laudo	355
2.1.6.	Outras perícias	356
2.1.6.1.	Exame necroscópico	356
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais	358
2.1.6.3.	Perícia em incêndio	359
2.1.6.4.	Perícia laboratorial	359
2.1.6.5.	Exame grafotécnico	360
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração	361
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada	361
2.1.6.8.	Avaliação	362
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante	363
2.2.	Interrogatório do acusado	363
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica	363
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório	365
2.2.3.	Formalidades do interrogatório	367
2.2.4.	Procedimento	370
2.2.4.1.	Preliminares	370
2.2.4.2.	Conteúdo	372
2.2.4.3.	Formalidades	374
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos	374
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial	375
2.3	Confissão	375
2.3.1.	Conceito e objeto	375
2.3.2.	Natureza jurídica	376
2.3.3.	Espécies	376
2.3.4.	Requisitos	377
2.3.5.	Peculiaridades	378
2.3.6.	Valor probatório	379
2.3.7.	Delação e delação premiada	379
2.4.	Perguntas ao ofendido	383
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza	383
2.4.2.	Repercussões processuais	383
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido	385
2.5.	Testemunhas	385
2.5.1.	Conceito e natureza	385
2.5.2.	Características da prova testemunhal	385
2.5.3.	Recusa e impedimento	386
2.5.4.	Demais vedações	388
2.5.5.	Deveres da testemunha	388
2.5.6.	Número de testemunhas	389
2.5.7.	Classificação	390
2.5.8.	Lugar do depoimento e precatória	391
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos	392
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento	392
2.5.11.	O depoimento	394
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante	395
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho	397

2.5.14. Proteção	397
2.5.15. Valor Probatório	397
2.6. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	398
2.6.1. Conceito e natureza jurídica	398
2.6.2. Reconhecimento de pessoas	398
2.6.2.1. Procedimento	398
2.6.2.2. Intimidação	399
2.6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico	400
2.6.4. Reconhecimento de coisas.....	400
2.7. Acareação	400
2.7.1. Conceito e natureza.....	400
2.7.2. Pressupostos.....	401
2.7.3. Procedimento.....	401
2.7.4. Valor probatório	401
2.8. Documentos	402
2.8.1. Conceito.....	402
2.8.2. Espécies	402
2.8.3. Requisitos.....	403
2.8.4. Produção	403
2.9. Tradução	404
2.10. Restituição	404
2.11. Indícios e presunções	405
2.11.1. Conceito.....	405
2.11.2. Classificação.....	405
2.11.3. Valor probatório	406
2.12. Busca e apreensão	406
2.12.1. Conceito e natureza jurídica.....	406
2.12.2. Iniciativa.....	407
2.12.3. Objeto	408
2.12.4. Momento.....	410
2.12.5. Espécies	410
2.12.5.1 Busca domiciliar.....	410
2.12.5.2. Busca pessoal.....	417
3. Quadro sinótico	418
4. Súmulas aplicáveis	433
4.1. STJ.....	433
4.2. STF	433
5. Alguns informativos aplicáveis	433
5.1. STJ.....	433
5.2. STF	437
6. Questões de concurso	443
Capítulo VIII	
SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....	449
1. A relação processual penal	449
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público	450
2.1. Juiz.....	450
2.3. Funcionários do Poder Judiciário.....	454
2.4. Auxiliares do juízo	455

SUMÁRIO

3. Acusado e defensor	457
4. Querelante	459
5. Assistente da acusação	460
6. Assistente da defesa	463
7. Quadro sinótico	464
8. Súmulas aplicáveis	465
8.1. STF	465
9. Alguns informativos aplicáveis	465
9.1 STJ	465
9.2 STF	466
10. Questões de concurso	467

Capítulo IX

PRISÕES	469
1. Conceito	469
2. Formalidades e execução	470
2.1. Mandado de prisão	470
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	471
2.3. Prisão em perseguição	473
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial	474
2.5. Prisão especial	475
2.6. Emprego de força e uso de algemas	477
2.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	478
3. Prisão em flagrante	481
3.1. Conceito	481
3.2. Espécies de flagrante	481
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	481
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	482
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	482
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório	483
3.2.5. Flagrante facultativo	483
3.2.6. Flagrante esperado	483
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado	484
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido ou ação controlada)	485
3.2.9. Flagrante forjado	487
3.2.10. Flagrante por apresentação	487
4. Flagrante nas várias espécies de crime	488
4.1. Crime permanente	488
4.2. Crime habitual	488
4.3. Crime de ação penal privada e pública condicionada	489
4.4. Crime continuado	490
4.5. Infração de menor potencial ofensivo	490
5. Sujeitos do flagrante	491
5.1. Sujeito ativo	491
5.2. Sujeito passivo	492
5.3. Autoridade competente	493
6. Procedimentos e formalidades	494

6.1. Nota de culpa	497
6.2. Remessa à autoridade	497
7. Prisão preventiva	498
7.1. Conceito	498
7.2. Pressupostos	499
7.3. As hipóteses de decretação.....	500
7.4. Infrações que comportam a medida.....	503
7.5. Decretação e sistema recursal.....	506
7.6. Fundamentação	507
7.7. Revogação	508
7.8. Apresentação espontânea	509
7.9. Preventiva X excludentes de ilicitude.....	509
8. Prisão temporária.....	510
8.1. Conceito	510
8.2. Decretação.....	510
8.3. Cabimento.....	511
8.3.1. Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inc I).....	511
8.3.2. Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	512
8.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	513
8.4. Prazos	516
8.4.1. Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989).....	516
8.4.2. Crimes hediondos e assemelhados, quais sejam, tráfico, terrorismo e tortura (parágrafo 4º, art. 2º, Lei nº 8.072/1990).....	516
8.5. Procedimento	517
9. Prisão decorrente da decisão de pronúncia.....	518
10. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	520
11. Prisão administrativa.....	522
12. Prisão civil.....	524
13. Prisão para averiguações	524
14. Quadro sinótico	525
15. Súmulas aplicáveis	535
15.1. STJ.....	535
15.2. STF	535
16. Alguns informativos aplicáveis	536
16.1. STJ.....	536
16.2. STF.....	539
17. Questões de concurso	543
Capítulo X	
LIBERDADE PROVISÓRIA	553
1. Conceito	553
2. Espécies.....	555
2.1. Liberdade provisória.....	555
2.2. Liberdade provisória permitida.....	555

SUMÁRIO

2.3. Liberdade provisória vedada.....	555
3. Liberdade provisória sem fiança	555
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	556
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	557
3.2.1. Restrições.....	559
3.2.2. Fundamentação.....	562
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento.....	563
3.2.4. Sistema recursal.....	564
4. Liberdade provisória mediante fiança	564
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança	564
4.2. Objetivos da fiança.....	565
4.3. Valor da fiança	565
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento.....	566
4.4. Modalidades de fiança	567
4.5. Obrigações do afiançado	568
4.6. Vedações legais	569
4.6.1. Vedações do art. 323, CPP	569
4.6.2. Vedações do art. 324, CPP	573
4.6.3. Demais vedações.....	574
4.7. Quebra da fiança.....	575
4.8. Perda da fiança	576
4.9. Cassação da fiança.....	577
4.10. Reforço da fiança	577
4.11. Dispensa da fiança.....	578
4.12. Procedimento	579
4.13. Execução	580
5. Quadro sinótico	580
6. Súmulas aplicáveis	588
6.1 STJ.....	588
7. Alguns Informativos Aplicáveis.....	588
7.1 STJ.....	588
7.2 STF.....	590
8. Questões de Concursos.....	593
Capítulo XI	
ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL	601
1. Formas de comunicação processual	601
2. Citação	601
2.1. Conceito.....	601
2.2. Espécies.....	602
3. Intimação e notificação	606
4. Revelia e suspensão do processo penal	608
5. Informatização do processo judicial	611
6. Quadro Sinótico	614
7. Súmulas Aplicáveis	615
7.1. STF	615
8. Principais Informativos Aplicáveis	615
8.1 STJ.....	615

8.2 STF.....	617
9. Questões de concurso	620
Capítulo XII	
SENTENÇA	623
1. Noção de sentença	623
2. Classificação das sentenças	625
3. Fundamentação e estrutura das sentenças.....	628
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	633
4.1. Sentença condenatória	633
4.2. Sentença absolutória	639
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	643
5. Coisa julgada e preclusão.....	644
6. Quadro Sinótico	645
7. Súmulas aplicáveis	650
7.1. STF	650
8. Alguns informativos aplicáveis	650
8.1. STJ.....	650
8.2. STF	651
9. Questões de Concurso	653
Capítulo XIII	
PROCEDIMENTOS	657
1. Considerações Gerais.....	657
2. Procedimento comum	658
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405; 498 a 502, CPP).....	659
2.1.1. Seqüência.....	663
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 540, CPP).....	664
2.2.1. Seqüência.....	665
3. Procedimentos especiais	666
3.1. Crimes afiançáveis imputados a funcionário público	666
3.1.1. Peculiaridades do procedimento	668
3.1.2. Seqüência.....	670
3.2. Crimes contra a honra.....	670
3.2.1. Seqüência.....	673
3.3. Entorpecentes	674
3.3.1. Seqüência.....	679
3.4. Procedimento especial para os crimes falimentares.....	680
3.5. Outros procedimentos especiais.....	682
3.5.1. Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais	683
3.5.2. Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	685
3.5.3. Procedimento para a restauração de autos extraviados	688
4. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida	690
4.1. Fundamentos do tribunal do júri.....	690
4.2. Princípio reitores	691
4.3. Características	693
4.4. Rito especial do júri: <i>judicium accusationis</i>	694
4.5. "Sentença" de pronúncia.....	697

SUMÁRIO

4.6. Impronúncia	700
4.7. Sentença de absolvição sumária	702
4.8. Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	704
4.9. Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	706
4.10. Libelo	708
4.11. Contrariedade ao libelo	710
4.12. Desaforamento	710
4.13. Instalação da sessão do júri	711
4.14. Formação do conselho de sentença	713
4.15. Atos instrutórios	714
4.16. Debates e poderes do juiz	714
4.17. Formulação dos quesitos e votação	716
4.18. Sentença e ata da sessão	718
5. Procedimento especial dos crimes militares	719
6. Procedimento sumaríssimo dos juizados especiais criminais	726
6.1. Considerações iniciais	726
6.2. Fase preliminar	728
6.3. Audiência preliminar	729
6.4. Procedimento sumaríssimo	732
7. Quadro Sinótico	734
8. Súmulas Aplicáveis	748
8.1. STJ	748
8.2. STF	748
9. Alguns Informativos Aplicáveis	748
9.1. STJ	748
9.2. STF	752
10. Questões de concursos públicos	757
Capítulo XIV	
RECURSOS	765
1. Teoria geral dos recursos	765
1.1. Conceito	765
1.2. Natureza jurídica	766
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição	767
1.4. Princípios recursais	768
1.5. Impedimentos	772
1.6. Pressupostos, requisitos e/ou condições de admissibilidade recursal	773
1.7. Efeitos recursais	777
1.8. Extinção dos recursos	778
2. Recursos em espécie	779
2.1. Apelação	779
2.1.1. Noção	779
2.1.2. Interposição	781
2.1.3. Cabimento	782
2.1.4. Processamento	783
2.1.5. Julgamento	785
2.2. Recurso em sentido estrito	789
2.2.1. Noção	789

2.2.2.	Interposição	789
2.2.3.	Cabimento	790
2.2.4.	Processamento.....	794
2.2.5.	Julgamento	797
2.3.	Carta testemunhável	798
2.3.1.	Noção	798
2.3.2.	Interposição	799
2.3.3.	Cabimento	800
2.3.4.	Processamento.....	801
2.3.5.	Julgamento	802
2.4.	Correição Parcial.....	802
2.4.1.	Noção	802
2.4.2.	Interposição	804
2.4.3.	Cabimento	804
2.4.4.	Processamento.....	804
2.4.5.	Julgamento	805
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração	805
2.5.1.	Noção	805
2.5.2.	Interposição	806
2.5.3.	Cabimento	806
2.5.4.	Processamento.....	807
2.5.5.	Julgamento	808
2.6.	Protesto por novo júri	808
2.6.1.	Noção	808
2.6.2.	Interposição	810
2.6.3.	Cabimento	810
2.6.4.	Processamento.....	811
2.6.5.	Julgamento	812
2.7.	Agravo regimental	813
2.7.1.	Noção	813
2.7.2.	Interposição	813
2.7.3.	Cabimento	813
2.7.4.	Processamento.....	814
2.7.5.	Julgamento	815
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade.....	815
2.8.1.	Noção	815
2.8.2.	Interposição	816
2.8.3.	Cabimento	816
2.8.4.	Processamento.....	817
2.8.5.	Julgamento	818
2.9.	Recursos especial e extraordinário.....	818
2.9.1.	Noção	818
2.9.2.	Interposição	819
2.9.3.	Cabimento	820
2.9.4.	Processamento.....	823
2.9.5.	Julgamento	825
2.10.	Reclamação constitucional	826
2.10.1.	Noção	826
2.10.2.	Interposição	827

SUMÁRIO

2.10.3. Cabimento	827
2.10.4. Processamento.....	827
2.10.5. Julgamento	828
2.11. Recurso ordinário constitucional	828
2.11.1. Noção	828
2.11.2. Interposição	829
2.11.3. Cabimento	829
2.11.4. Processamento.....	830
2.11.5. Julgamento	831
2.12. Agravo de instrumento	832
2.12.1. Noção	832
2.12.2. Interposição	832
2.12.3. Cabimento	833
2.12.4. Processamento.....	833
2.12.5. Julgamento	834
2.13. Embargos de divergência	834
2.13.1. Noção	834
2.13.2. Interposição	834
2.13.3. Cabimento	834
2.13.4. Processamento.....	835
2.13.5. Julgamento	835
2.14. Agravo em execução	835
2.14.1. Noção	835
2.14.2. Interposição	836
2.14.3. Cabimento	837
2.14.4. Processamento.....	837
2.14.5. Julgamento	838
3. Quadro Sinótico	838
4. Súmulas aplicáveis	862
4.1. STJ	862
4.2. STF	863
5. Alguns informativos aplicáveis	865
5.1. STJ.....	865
5.2. STF	871
6. Questões de concursos	879
Capítulo XV	
NULIDADES.....	891
1. Nulidade processual em geral.....	891
1.1. Confronto doutrinário	891
1.2. Noção de nulidade	893
1.3. Classificações das nulidades	894
1.4. Princípios informativos das nulidades.....	897
2. Da inexistência	900
3. Nulidades absolutas e relativas	901
3.1. A arguição de nulidade.....	901
3.2. Efeitos	903
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade	904

4.1. Falta ou deficiência de defesa	905
4.2. Ilegitimidade da parte.....	906
4.3. Incompetência do juízo	907
4.4. Suspeição, impedimento ou suborno do juiz	908
4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação	908
4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público.....	909
4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	910
4.8. Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório defeituosos.....	910
4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento	911
4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri	912
4.11. Concessão de prazos processuais	913
4.12. Falta de intimação de testemunhas	913
4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	914
4.14. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados	914
4.15. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	915
4.16. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	915
4.17. Vícios na sentença.....	916
4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário	917
4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	917
4.20. Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais	918
4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	918
5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal	918
6. Quadro Sinótico	919
7. Súmulas aplicáveis	928
7.1. STF	928
8. Alguns informativos aplicáveis	929
8.1. STJ.....	929
8.2 STF.....	931
9. Questões de concursos	934
Capítulo XVI	
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	937
1. De ordem geral	937
2. <i>Habeas corpus</i>	938
2.1. Fundamentos	938
2.2. Cabimento.....	940
2.2.1. Violação à liberdade de ir e vir	940
2.2.2. <i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo	941
2.2.3. Crime com pena privativa de liberdade	942
2.2.4. Transgressão disciplinar.....	942
2.3. Processamento e julgamento.....	944
2.3.1. Competência.....	944
2.3.2. Legitimidade ativa e passiva.....	946
2.3.3. Forma de propositura	947
2.3.4. Rito processual.....	948

SUMÁRIO

2.3.5.	Julgamento	951
2.3.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	952
2.3.7.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão	953
2.3.8.	Recursos em <i>habeas corpus</i>	954
3.	Mandado de Segurança	955
3.1.	Fundamentos	955
3.2.	Cabimento	957
3.3.	Processamento e julgamento.....	960
3.3.1.	Competência.....	960
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	961
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança.....	963
3.3.4.	Julgamento	965
4.	Revisão Criminal	966
4.1.	Fundamentos	966
4.2.	Cabimento	967
4.3.	Processamento e julgamento.....	968
4.3.1.	Competência.....	968
4.3.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	969
4.3.3.	Propositura	970
4.3.4.	Rito da revisão criminal	971
4.3.5.	Julgamento e indenização	971
5.	Quadro sinótico	973
6.	Súmulas aplicáveis	988
6.1.	STJ.....	988
6.2.	STF	988
7.	Alguns informativos aplicáveis	989
7.1.	STJ.....	989
7.2.	STF	992
8.	Questões de concurso	998
	BIBLIOGRAFIA	1003

